

O SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL: DO FIM  
DA «II GUERRA MUNDIAL» ATÉ À «QUEDA DO  
MURO DE BERLIM»

*João Luís Rodrigues Leal*<sup>1</sup>

*Tenente-Coronel de Infantaria*

*Jorge Manuel Dias Sequeira*<sup>2</sup>

*Tenente-Coronel de Infantaria*

**RESUMO**

Este artigo enfatiza os principais acontecimentos verificados no período que decorreu entre a Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, procurando associa-los a algumas teorizações geopolíticas da época, mormente dos conflitos ocorridos em espaços geográficos do *Rimland* de Nicholas Spykman, ou dos *Shatterbelts* de Saul Cohen.

Verificamos como algumas Organizações Internacionais serviram de instrumento das super-potências para a concretização das suas estratégias integrais.

A consciencialização dos perigos que advinham da proliferação nuclear, bem patente aquando da crise dos «mísseis de Cuba», contribuiu para espoletar a assinatura de diversos tratados de não proliferação de armamento e para a diminuição da enorme tensão existente entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América.

**Palavras-chave:** II Guerra Mundial; Guerra-fria; Muro de Berlim; super-potências; Organizações Internacionais; crises.

<sup>1</sup> Editor e Membro do Conselho Editorial da Proelium. Professor das unidades curriculares de Teoria Geral da Estratégia; Política de Defesa e Segurança em Portugal (do Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais); e, de Estratégia e Relações Internacionais (do curso de Pós-Graduação em Guerra de Informação/*Competitive Intelligence*). É coordenador do Grupo Disciplinar de Comando e Estratégia Militar, e Membro efectivo do Centro de Investigação da Academia Militar - CINAMIL.

<sup>2</sup> Membro do Conselho Editorial da Proelium. Professor das disciplinas de Geografia e Teoria Geral da Estratégia.

## INTRODUÇÃO

O artigo que ora iniciamos pretende analisar os principais acontecimentos ocorridos no período que tem início imediatamente após o final da II Guerra Mundial (II GM) e termina com a queda do Muro de Berlim, acto por muitos considerado como o mais simbólico do final da Guerra-fria.

A análise da II GM propriamente dita, sendo importante e alvo de inúmeros estudos, foi propositadamente excluída pelos autores, que preferiram dirigir o fundamental da sua investigação para os factos mais marcantes do período em apreço. Estes, poderiam ser estudados apenas do ponto de vista histórico, mas consideramos ser importante enquadrá-los com algumas teorias geopolíticas então em vigor.

Começamos por abordar as alterações do Sistema Político Internacional e a emergência de organizações internacionais que ainda hoje são importantes na condução e regulação da política internacional.

A caracterização do poder dos Estados Unidos da América (EUA) e o Plano Marshall foram importantes marcos que mereceram a nossa atenção, pela influência evidente que tiveram no continente europeu.

A análise da origem e evolução da Comunidade Económica Europeia (CEE), do Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON<sup>3</sup>), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia, permitiu-nos compreender melhor os instrumentos que ambas as super-potências utilizaram para atingirem os seus objectivos político-estratégicos, dando-nos, simultaneamente a dimensão das estratégias integrais preconizadas, e a forma como cada super-potência privilegiou as diferentes estratégias gerais consoante os momentos históricos vividos.

O comunismo na China teve particularidades que o distinguiram do comunismo soviético, mas nem por isso deixou de influenciar fortemente os acontecimentos verificados no continente asiático, mormente na península coreana e na envolvimento do Japão na esfera ocidental.

As crises do Suez e dos Mísseis de Cuba mereceram especial atenção dos autores, por relevarem a perda de influência da França e Inglaterra no médio oriente, e de constituir o momento em que as super-potências mais próximo estiveram de se confrontar militarmente, de forma directa, por esta ordem.

---

<sup>3</sup> Inserimos esta abreviatura porque foi a sigla que a tornou conhecida em Portugal, embora, com rigor, corresponda à designação inglesa *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON).

Terminamos tecendo algumas considerações finais, não que sem antes nos debrucemos sobre os movimentos pacifistas e tratados de não proliferação de armamento que ajudaram a marcar, e são reflexo, eles mesmos, do período final da Guerra-fria.

## 1. O fim da II Guerra Mundial e a Guerra-fria

A II GM (1939-1945) terminou há mais de 60 anos, deixando um pesado legado à humanidade: em seis anos pereceram mais de 50 milhões de pessoas. As imagens dos campos de concentração nazis, reveladas pelas tropas aliadas, mostraram uma faceta da guerra até então desconhecida, mas de uma crueldade evidente.

Com a vitória da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Europa Oriental e das forças aliadas, sob liderança dos EUA, na parte Ocidental, começou a desenhar-se um cenário em que as forças vencedoras actuavam em dois pólos opostos. Um novo Sistema Político Internacional <sup>4</sup> começa a formar-se, materializando a passagem de um Sistema Multipolar para um Bipolar com o conseqüente declínio da influência política, económica e mesmo cultural da Europa, que até aí detinha a sua prevalência. Ou seja, manteve-se um tipo de paz <sup>5</sup> «hegemónico», segundo a classificação de Raymond Aron (1986), contudo a distribuição do poder ficou cingido a dois Estados. Ainda em 1945 foi constituída a Organização das Nações Unidas, organização internacional, inicialmente composta por 26 Estados, que firmaram a Carta das Nações Unidas. Esta entrou em vigor a 24 de Outubro de 1945 e tinha como objectivos principais os seguintes: servir de mediador nos conflitos entre países para evitar desfechos mais graves como a Segunda Guerra Mundial; manter a paz mundial; desenvolver a solidariedade entre os países; estimular o progresso mundial; e promover o respeito pela dignidade da pessoa humana (ONU, 2007).

---

<sup>4</sup> “O Sistema Internacional não abrange apenas Estados. O Sistema Político Internacional é o padrão de relacionamento entre Estados” (Nye, 2002, p. 35).

<sup>5</sup> “Como em tempos de paz a relação entre as potências é a expressão mais ou menos deformada da relação de forças reais ou potenciais, os diferentes tipos de paz podem ser relacionados com vários tipos de relações de forças. Pode-se distinguir assim três tipos de paz: o «equilíbrio»; a «hegemonia» e o «império» ...” (Aron, 1986, p. 220).

Nesta altura, nos EUA discutia-se vivamente qual a posição que melhor servia os seus interesses: o isolacionismo <sup>6</sup> ou o intervencionismo <sup>7</sup>?

A situação que se vivia na Grécia e na Turquia foi aproveitada pelo Presidente Truman para defender a necessidade dos EUA adoptarem uma posição intervencionista, como se constata das suas palavras <sup>8</sup> “é a criação de condições em que nós e outras nações possamos elaborar uma maneira de viver livre de coerção. Não realizaremos nossos objectivos a menos que estejamos dispostos a auxiliar os povos livres a manterem suas instituições livres e sua integridade nacional contra movimentos agressivos que procuram impor-lhes regimes totalitários ...Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas” (Morrison e Commager, S.d., p. 375).

Esta posição «intervencionista» dos EUA ficou conhecida por “Doutrina Truman”, a qual tinha uma aplicação Mundial (pois não estava confinada à Europa e muito menos à Grécia ou Turquia); o argumento de “apoiar os povos livres” levou a um comprometimento militar e económico, bem patente na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na implementação do Plano Marshall, sempre com o objectivo de impedir novos atritos na Europa Ocidental (sem interferir nas áreas sob influência soviética) e limitar a influência do comunismo no Mundo (Neto, 2007).

A Doutrina Truman não causou qualquer redução da área de influência da URSS, nem era esse o seu objectivo, mas conseguiu impedir o seu aumento. A URSS é que a viu, na prática, como uma declaração de guerra. Podemos considerar que a «Guerra-fria» teve início nesta altura.

A Guerra-fria <sup>9</sup> tem esta designação porque não ocorreu um confronto militar directo entre os EUA e a URSS, apesar de existir uma fortíssima possibilidade potencial de emprego da coacção Militar (Couto, 1988). Tornou-se evidente que um confronto armado directo entre as duas super-potências significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida na Terra.

Neste período, EUA e URSS disputavam a primazia económica, científica,

---

<sup>6</sup> Defendida pelos conservadores que detinham a maioria no congresso.

<sup>7</sup> Como defesa, por exemplo, o geopolítico Nicholas Spykman (IAEM, 1982).

<sup>8</sup> Numa mensagem ao Congresso, a 12 de Março de 1947.

<sup>9</sup> Segundo Allen (1968, p. 287), esta expressão foi utilizada por Bernard Baruch em Abril de 1947.

ideológica, militar e política, com reflexos evidentes, por exemplo, no esforço e nos resultados obtidos ao nível da pesquisa e exploração espacial<sup>10</sup>.

A disputa feroz entre as duas super-potências tinha como objectivo primordial mostrar ao mundo qual o sistema político mais perfeito e que melhor respondia aos anseios das pessoas e/ou do Estado.

Foram inúmeros os conflitos que ocorreram nas zonas de confluência de interesses das super-potências, que se enfrentaram por locução interposta. Tratou-se de um vasto leque de guerras que, entre outras, passou pela Coreia, Vietname e Afeganistão e por guerras de “libertação” na Indochina, Argélia e Angola (Garcia, 2005).

A região do Médio Oriente foi palco de inúmeras guerras entre árabes e israelitas, nomeadamente em 1948, 1956, 1967, 1973 e 1982, mas também entre muçulmanos na Guerra Irão – Iraque entre 1979 e 1989. Esta região faz parte daquilo a que o Geopolítico americano Saul Bernard Cohen (1980) designou como *Shatterbelts*<sup>11</sup> (ou Cinturas Fragmentadas).

Para Cohen, as Cinturas Fragmentadas são grandes regiões, geoestrategicamente localizadas, constituídas por Estados desarticulados no seu alinhamento político e que estão presos entre o conflito de interesses das super-potências, que por eles competem. Destacam-se pela fragmentação política e económica, que, conjugadas com as diferenças culturais, físicas, políticas e ambientais dos países em presença, constituem um obstáculo à execução de linhas de acção comuns e permanentes (Dias, 2005).

Os EUA envolveram-se em guerras na Coreia, em 1956, e do Vietname (1964 a 1973), enquanto a URSS invadiu o Afeganistão, em 1979, onde permaneceu 10 anos. O Geopolítico Nicholas Spykman, no seu modelo de dinâmica de poder, considerava uma região designada por *Rimland*<sup>12</sup>, onde decorreram todas estas guerras, como o primeiro passo para se conseguir o domínio mundial, expressa na frase “*Who controls the Rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world*” (Almeida, 1994, p. 35). Esta região foi, por isso, objecto de competição e conflitualidade por parte dos poderes terrestre

---

<sup>10</sup> A título de exemplo, em 1957, a URSS lançou o foguete Sputnik com um cão no seu interior (o primeiro ser vivo a viajar no espaço), e doze anos mais tarde, em 1969, os EUA colocam, pela primeira vez na história da humanidade, o homem na lua.

<sup>11</sup> O *Shatterbelt* do Médio Oriente compreendia: Eritreia, Etiópia, Sudão e os países da Península Arábica.

<sup>12</sup> Constituído por: Europa Marítima, Médio Oriente, Índia, Sudeste Asiático e Extremo Oriente.

(URSS) e marítimo (EUA), pois o seu controlo significava uma vantagem geopolítica importante, o que lhe conferiu uma característica dual<sup>13</sup>. O *Rimland* tornou-se a «área chave» do pensamento Geopolítico e da Geografia Política Norte-Americana, tendo os EUA passado a implantar-se na região e a procurar estabelecer alianças que lhe permitissem ganhar vantagens competitivas em relação à Potência Continental.

Na América Latina sucederam-se múltiplos Golpes de Estado<sup>14</sup> e a instalação de um clima de violência generalizado. Em 1982 a Argentina desafiou o Reino Unido ao invadir as «ilhas Malvinas»<sup>15</sup>, denominação argentina, o que resultou numa guerra limitada geograficamente às ilhas em questão.

Em África acontecem Guerras Civis<sup>16</sup> em Angola, Chade, Libéria, Moçambique, Serra Leoa, Congo, Ruanda, Costa do Marfim e Guiné-Bissau (Garcia, 2005). A maioria destas Guerras Internas tiveram poucas consequências internacionais, mas foram promovidas subtilmente ou directamente por parte das super-potências que assim se confrontaram, mais uma vez, indirectamente durante a Guerra-fria, procurando explorá-las a seu favor (Couto, 1988).

Na Ásia, em 15 de Agosto de 1947 dá-se a independência da Índia e do Paquistão. Em 26 de Outubro de 1947, o marajá de Caxemira<sup>17</sup> assinou o tratado de adesão à Índia (apesar de a maioria – 78% – da população ser muçulmana), abrindo caminho para que as forças indianas entrassem naquele principado. O Paquistão não aceitou a decisão do marajá, iniciando-se uma série de Guerras entre a Índia e o Paquistão. A primeira Guerra terminou no ano seguinte (1948) com a intermediação das Nações Unidas que dividiu a Caxemira em duas partes, um terço para o Paquistão e dois terços para a Índia (Dreyer, 2005). Nesta Guerra podemos observar a procura das super-potências em aumentarem a sua influência Mundial, com a Índia a receber apoio da URSS e o Paquistão dos EUA.

---

<sup>13</sup> Porque tanto o Poder Continental como o Poder Marítimo disputava estes Estados.

<sup>14</sup> Golpe de Estado: “acção clandestina dum grupo restrito (elite) contra a autoridade de facto e em que aquele grupo, actuando com rapidez e aniquilando ou neutralizando determinadas personalidades que desempenhem funções de chefia fundamentais, consegue ocupar posições – chave e apoderar-se do poder” (Couto, 1988, p. 157).

<sup>15</sup> Para o Reino Unido, que detém a soberania das ilhas, estas designam-se «Falkland».

<sup>16</sup> Guerra Civil: Guerra interna entre dois ou mais grupos que, depois de um breve período de confusão inicial, acabam por controlar parte do território e das Forças Armadas. Pode ter origem numa revolta militar (Couto, 1988).

<sup>17</sup> A região de Caxemira possui 220.000km<sup>2</sup> e 12 milhões de habitantes.

Em 1965, hostilidades religiosas provocaram outra Guerra entre hindus e islâmicos paquistaneses pela disputa da região de Caxemira. Com mediação da URSS, os dois Estados concordaram regressar aos limites territoriais anteriores ao conflito (Dreyer, 2005).

Quando em 26 de Março de 1971 o Paquistão Oriental declarou a sua independência, com o nome de Bangladesh, o governo central paquistanês declarou a lei marcial no Paquistão Oriental e determinou que o exército ocupasse aquele território. A guerra civil subsequente deixou centenas de milhares de civis mortos e 10 milhões de refugiados, acolhidos pela Índia. Esta, inicialmente apoiou o Bangladesh e mais tarde entrou no conflito, em Dezembro de 1971. Após uma guerra de quinze dias (a terceira entre Paquistão e Índia) as tropas paquistanesas renderam-se e declarou-se o cessar-fogo (Jacobsen e Khan, 2002).

Na Ásia, há a referência às Guerras internas no *Sri-Lanka*, onde, ainda hoje, se verifica a revolta Tamil, e na Indonésia, onde ocorreram diversas acções de afirmação/imposição de soberania em várias regiões.

Os EUA foram os vencedores da Guerra-fria e tornaram-se na única super-potência, passando a vigorar um Sistema Internacional do tipo Unipolar, mas o poder deste país começa a desenhar-se ainda durante a II GM, como veremos no ponto seguinte.

## 2. O poder dos Estados Unidos da América

Os EUA, apesar de se terem envolvido em duas guerras mundiais, não sentiram as suas consequências físicas directamente no seu território. Spykman quando verificava da posição privilegiada dos EUA no mundo, fundamentava este seu pensamento, entre outros factores, no facto de estar voltado para dois oceanos (Pacífico e Atlântico) e encontrar no outro lado desses mesmos oceanos a Europa e a Ásia, para onde se poderia projectar política, económica e militarmente (APUD Dias, 2005).

Se é verdade que os oceanos Pacífico e Atlântico funcionaram, em nosso entender, como vias de comunicação de enorme significado para a projecção do poder dos EUA nos teatros de operações do Pacífico e da Europa, não é menos verdade que funcionaram como importante elemento separador. A imensidão destes oceanos permitiu que os EUA nunca fossem bombardeados

pelos seus inimigos<sup>18</sup>. Desta forma, a indústria americana não foi danificada, podendo, pelo contrário aumentar exponencialmente a sua lavra, garantindo uma logística de produção que suprimiu todas as necessidades das Forças Armadas nas frentes de batalha.

Os EUA cedo começaram a preocupar-se com o pós-guerra. Desta forma organizaram uma conferência em Nova Iorque<sup>19</sup> na qual foram estabelecidas directrizes económicas para a criação das novas bases do Sistema Político Internacional. Os 44 delegados dos diversos países presentes, inclusive a URSS, assentaram criar o Fundo Monetário Internacional<sup>20</sup>, para regular as relações financeiras entre os Estados, e o Banco para a Reconstrução Mundial<sup>21</sup>, responsável pela recuperação das economias deprimidas pela guerra. Também foi acordado que o sistema funcionaria com o dólar americano, tendo como suporte o ouro (Schilling, 2007).

Os EUA, terminada a guerra contra a Alemanha e o Japão, apesar de terem menos de 6% da população mundial, detinham o controle de 40% da produção industrial mundial<sup>22</sup> e o seu Produto Interno Bruto era 5 vezes superior à 2.<sup>a</sup> maior economia, a Grã-bretanha. Os restantes Estados envolvidos na guerra encontravam-se exauridos e arruinados. Naquele momento, tinham Forças Armadas projectadas em múltiplos locais do globo terrestre e eram o único país com arsenal nuclear (Allen, 1968).

Esta situação privilegiada permitiu que os EUA, em 1947, implementassem uma das medidas mais emblemáticas da doutrina Truman – o Plano Marshall<sup>23</sup> – auxiliando economicamente os países europeus assolados pela guerra e permitindo que estes iniciassem os programas de reconstrução nacional. É precisamente este Plano que iremos analisar de seguida.

---

<sup>18</sup> A excepção foi o ataque a *Pearl Harbor*, pelos japoneses, mas esta fica localizada no Oceano Pacífico.

<sup>19</sup> A conferência realizou-se, entre 1 e 22 de Julho de 1944, nos arredores de Nova Iorque, numa localidade denominada *Bretton Woods*.

<sup>20</sup> Segundo o seu site é “uma organização de 184 países, que trabalha para assegurar a cooperação monetária global e a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e o desenvolvimento económico sustentável, além de reduzir a pobreza (IMF, 2007).

<sup>21</sup> Actual Banco Mundial: depois de ajudar a reconstruir a Europa, continua a apoiar a reconstrução devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos, actualmente a sua principal meta é a redução da pobreza no mundo apoiando o desenvolvimento (BM, 2007).

<sup>22</sup> De 1938 a 1947, o índice da produção industrial cresceu em 63% (Schilling, 2007).

<sup>23</sup> A nossa “política não se dirige contra nenhum país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos.” G. Marshall, discurso em Harvard, 5 de Junho de 1947 (Apud Schilling, 2007).

### 3. O Plano Marshall

A civilização europeia de Shakespeare, de Cervantes, dos iluministas, de Verdi, de Einstein e Freud, entre outras figuras ilustres, estava reduzida à miséria, gemendo de frio e morrendo de fome, cercada por crateras tumulares e prédios desmoronados. Pelas ruas das suas históricas capitais vagueavam os sobreviventes. No círculo de poder norte-americano começava a ganhar espaço a tese de que era necessário conter o comunismo. O facto do Exército Vermelho se encontrar aquartelado em Berlim, a apenas alguns dias de Paris e Londres provocava calafrios aos aliados. Naquele momento, os dois colossos vitoriosos na guerra, olhavam-se cada vez mais desconfiados. Acima de tudo era necessário fazer renascer a esperança no futuro, restaurar infra-estruturas e pôr a funcionar a economia dos países vítimas da guerra.

O receio de que os Partidos Comunistas, particularmente o francês e o italiano, pudessem servir de cavalo de Tróia à expansão soviética contribuiu decisivamente para que os EUA apoiassem, de facto, os seus aliados europeus. Esta ajuda tornou-se, ainda, mais premente, devido à Grã-Bretanha ter cortado a ajuda económica à Grécia e Turquia. Esta situação poderia provocar o colapso da posição ocidental nos Balcãs e no Mediterrâneo oriental; para que tal não acontecesse os EUA tiveram que assumir a responsabilidade de apoiar estes países, pois se assim não fosse, poderiam cair sob a esfera de influência soviética (Allen, 1968).

Assim, em Março de 1947, a pretexto de apoiar o governo da Grécia (envolvido numa Guerra Civil contra os comunistas), o presidente dos EUA comprometeu-se a combater o comunismo a uma escala global e a ajuda norte-americana aos europeus começou a ser gizada pelo Secretário de Estado – General George C. Marshall<sup>24</sup> – ao elaborar o Plano de recuperação da Europa (Allen, 1968; Schilling, 2007).

As reservas de ouro norte-americanas tinham aumentado<sup>25</sup>. Assim, os EUA ultrapassaram a depressão económica da década de trinta para se tornarem, no final da Segunda Guerra Mundial, na maior potência económica do mundo.

---

<sup>24</sup> Ex-chefe do Estado-maior norte-americano durante a guerra e um dos estrategistas da vitória, o General George C. Marshall ascendeu ao cargo de secretário de Estado em Janeiro de 1947 (Schilling, 2007).

<sup>25</sup> Aumentaram mais 56% do que tinham antes da guerra, além de concentrarem 84% de todo o ouro dos países ocidentais (Schilling, 2007).

Nunca uma nação vencedora se dispôs a pagar os estragos provocados por uma guerra que não foi responsabilidade sua. Marshall, após haver anunciado o auxílio à Europa, que orçou mais de 13 mil milhões de dólares. Estas impressionantes verbas actuaram como verdadeira alavanca de Arquimedes, permitindo que a Europa voltasse à vida, e consagrando esta operação económica e ideológica como a mais bem sucedida do século (Schilling, 2007).

O dinheiro foi oferecido a todos os países envolvidos na II GM, inclusive predisps-se a disponibilizar recursos ao inimigo recém derrotado. Para terem acesso aos recursos era preciso apresentar a lista de estragos sofridos e uma estimativa de quanto era preciso para a sua recuperação. Stalin não só rejeitou qualquer dinheiro americano, como denunciou o Plano Marshall como uma declaração de guerra económica à URSS, tendo proibido os países ocupados pela URSS (Polónia, Países Bálticos, Checoslováquia, Roménia, Hungria, Bulgária e Alemanha Oriental) de manifestar sequer intenção de aceitar essa ajuda. A Checoslováquia foi o único país a manifestar publicamente o desejo de ajuda, contudo em Fevereiro de 1948, o “golpe de estado comunista em Praga, estabeleceu definitivamente o domínio soviético sobre o país” (Allen, 1968, 288).

Em protesto, o ditador soviético ordenou o bloqueio, por terra, de Berlim ocidental<sup>26</sup> (ocupada pelos aliados ocidentais). A URSS, além das razões ideológicas, receava que o Ocidente tomasse conhecimento da dimensão assombrosa da destruição que havia sido infligida à Rússia com a ocupação nazi, bem como do esforço que seria necessário realizar para a sua recuperação (Schilling, 2007).

A análise ao desenvolvimento Europeu constitui o essencial das próximas linhas.

#### **4. Da Declaração Schuman à Comunidade Económica Europeia**

As profundas rivalidades que haviam desencadeado a Segunda Guerra Mundial, a mais mortífera que a humanidade experimentou desde a sua origem, tornaram evidente a necessidade de se reorganizar o mapa político do continente europeu e, preferencialmente, de se forjar uma forma de integração europeia que augurasse um futuro mais auspicioso para o velho continente.

---

<sup>26</sup> O que desencadeou a maior “ponte aérea” da história, pois esta cidade passou a ser reabastecida somente por via aérea.

Os líderes políticos do pós-Segunda Guerra Mundial, estavam conscientes das manifestas debilidades dos Estados europeus, que acabavam de perder a hegemonia mundial de que desfrutavam há séculos, mas que agora parecia ser exclusivo dos EUA <sup>27</sup> e da URSS.

“O fracasso da conferência de 25 de Abril de 1947, em Moscovo, sobre a Alemanha, o bloqueio de Berlim em 1948, o «golpe de Praga», ao confirmarem o domínio dos partidos comunistas sobre os países ocupados pelo Exército Vermelho, fazem reear a ameaça de um novo conflito em solo europeu” (Fontaine, 1998, p. 10). Não podemos esquecer que a Europa estava dividida em duas enormes áreas de influência, uma sob alçada dos EUA e, outra, sob alçada da URSS. A fronteira separadora era simbolizada e materializada pelo rio Elba <sup>28</sup>.

Os EUA, como “nova” potência marítima, consideravam que o comércio livre poderia funcionar como sustentáculo do desenvolvimento económico dos Estados europeus e, simultaneamente, como desanuviador das tensões internacionais até então existentes. O Plano Marshall foi o seu instrumento fundamental para a recuperação económica, política e social dos Estados debelados pela bestialidade da guerra.

Os mesmos líderes também perceberam a indispensabilidade de aleitar uma situação duradoura, de preferência alicerçada num qualquer tipo de aliança, que colocasse a França e a Alemanha do mesmo lado da barricada, pois só assim seria possível alcançar uma paz sólida, mas sempre sob beneplácito dos EUA.

A Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo assinaram o Tratado de Bruxelas, em 17 de Março de 1948, que criaria a primeira organização de defesa na Europa: a União Ocidental <sup>29</sup>. Esta organização teve como principal mérito possibilitar a coordenação dos meios de defesa dos vários Estados signatários, mas reflectiu a incapacidade dos Estados da Europa Ocidental conseguirem, por si só, constituir uma organização de segurança e defesa credível e eficaz.

---

<sup>27</sup> Pela primeira vez na história, a principal potência mundial localizava-se noutra continente que não o europeu.

<sup>28</sup> O Rio Elba separava as forças armadas da URSS e dos EUA, que aí tinha parado a sua progressão vitoriosa na luta contra o regime nazi.

<sup>29</sup> A União Ocidental, em 1954, passou a chamar-se União da Europa Ocidental.

O ano de 1949 foi importante na história europeia do século XX, pois materializou a criação da OTAN e do Conselho da Europa<sup>30</sup>, mas seguiu-se-lhe um período particularmente rico em iniciativas políticas que haveriam de conduzir à fundação de um conjunto de organizações e à celebração de tratados conducentes à criação de uma Europa mais desenvolvida, harmónica e viável na paz.

Robert Schuman<sup>31</sup>, na sequência de proposta e colaboração de Jean Monnet<sup>32</sup>, idealizou o denominado Plano Schuman, que propunha a integração da produção francesa e alemã do carvão e do aço (HRI, 2007). O alcance desta medida seria enorme e de uma eficácia extrema, pois controlando-se estas matérias-primas, vitais para a construção de armamento, impedia-se a possibilidade dos Estados em causa poderem empreender uma estratégia genética conducente à criação de um arsenal bélico significativo sem que a outra parte disso tomasse conhecimento, reduzindo-se significativamente a possibilidade de ocorrência de guerras futuras. A Alemanha, pela mão do Chanceler Adenauer, viria a aderir à proposta de Schuman, viabilizando a constituição de uma comunidade importante para o futuro da Europa.

O Tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), assinado<sup>33</sup> em 18 de Abril de 1951, materializou o Plano Schuman, tendo o condão de congregar a França e a Alemanha, mas também a Itália e os países do Benelux<sup>34</sup> (UE, 2005).

Um dos maiores méritos da CECA, em nosso entender, foi ter ficado demonstrado que era possível avançar-se para novas fórmulas de coexistência e colaboração, alicerçadas num processo de solidariedade e aproximação que desanuviaram tensões do passado e abriram caminho para um futuro mais harmonioso, mormente no sector económico e na construção de uma organização política supranacional de sucesso, como as décadas seguintes se encarregariam de evidenciar.

---

<sup>30</sup> O Conselho da Europa, criado em 5 de Maio de 1949, visava incrementar a cooperação política e económica entre os Estados europeus, bem como os sistemas democráticos existentes. Tratava-se de uma organização intergovernamental, logo, de uma organização onde os dez Estados Membros mantinham integralmente a sua soberania. O Conselho da Europa, durante a «guerra-fria», conseguiria ter sucesso em convenções relativas a diferentes actividades, mas não alcançaria resultados de relevo.

<sup>31</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Francês.

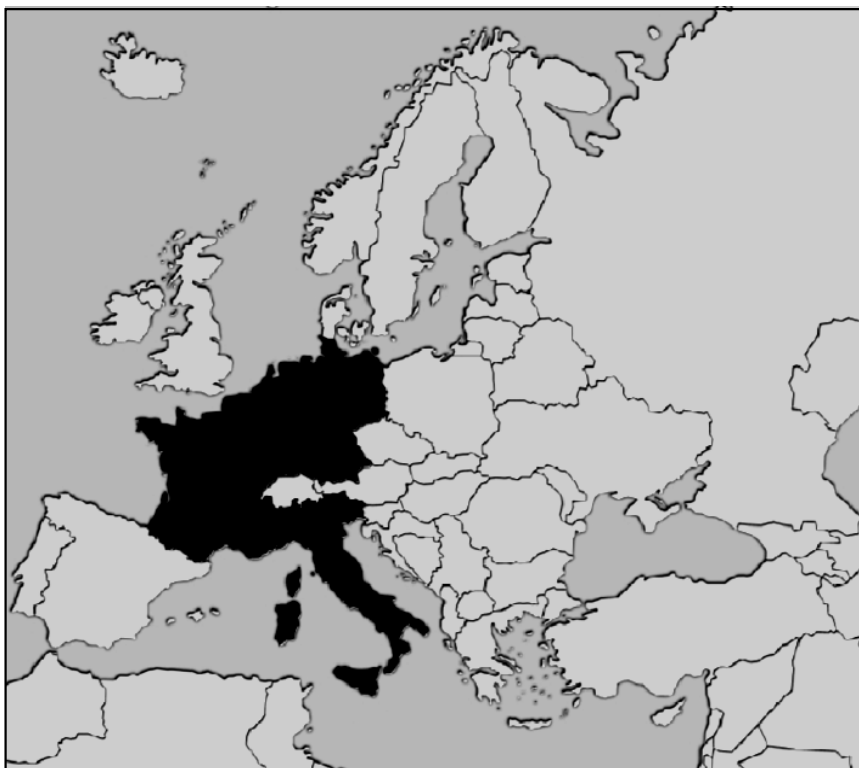
<sup>32</sup> À altura era o Comissário do Plano de Reconstrução e Recuperação Económica da França.

<sup>33</sup> O Tratado entrou em vigor em 18 de Abril de 1952 e vigorou até 23 de Julho de 2002.

<sup>34</sup> O Benelux, criado em 1948, materializava a união Aduaneira da Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Com efeito, em 25 de Março de 1957, o Tratado de Roma criaria a CEE, já mais vasta (ver figura 1), mas que mantinha bem vincado o objectivo de garantir a paz e cooperação entre países europeus ainda profundamente marcados pela II GM.

*Figura 1: Seis países que ratificaram o Tratado de Roma de 1957*



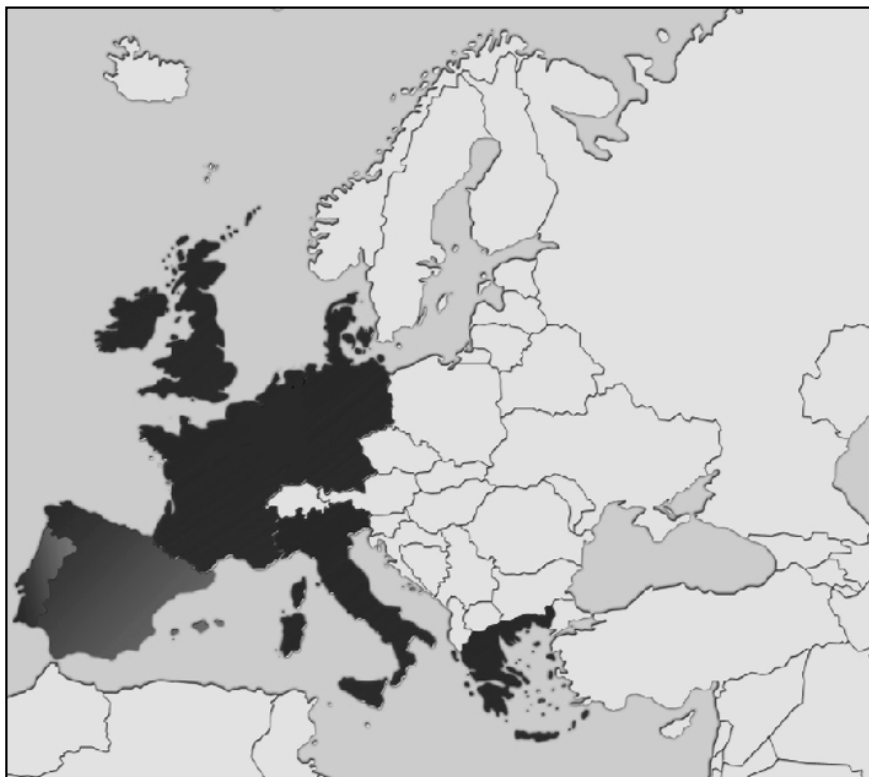
**Nota:** França, Alemanha Federal, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

A CEE, indo mais longe que a CECA, também procurava avistar uma política comum nos transportes, produtos agrícolas e outros sectores económicos importantes.

O sucesso económico provocado pela maior fluidez de permutas comerciais levaria à supressão de todas as fronteiras internas dos estados comunitários,

à adoção de uma fronteira aduaneira comum e a sucessivos alargamentos, que culminaram com a adesão de Portugal e Espanha em 1 de Janeiro de 1986 (ver figura 2).

*Figura 2: Terceiro Alargamento da CEE, em 1986*



**Nota:** CEE após a adesão de Portugal e Espanha.

Aquando da queda do muro de Berlim, em 9 de Novembro de 1989, a CEE contava com os Estados-membros que podemos ver na figura 6; tinha passado por diversas metamorfoses, mas era testemunho da visão de homens como Robert Schuman, Jean Monnet e Jacques Delors.

Os Estados-membros experimentavam um nível de desenvolvimento económico e social sem paralelo em grande parte da Europa ocidental e, principalmente,

dos Estados da Europa central e de leste, onde os sistemas comunistas eram profundamente castradores de liberdades e oportunidades.

O Acto Único Europeu, que entrou em vigor desde 1 de Janeiro de 1987, viria a estabelecer, entre outros, os objectivos de coesão económica e social, o reforço do Sistema Monetário Europeu e o começo de um espaço social europeu. O desenvolvimento verificado na Europa não seria possível se as preocupações com a segurança não estivessem salvaguardadas na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em que os EUA desempenharam e desempenham um papel fundamental. É sobre esta Organização Internacional que nos debruçamos nos próximos parágrafos.

## 5. Organização do Tratado do Atlântico Norte

O histórico confronto entre as Potências Terrestre e Marítima mereceram diversas teorizações de Geopolíticos que se debruçaram sobre as relações entre os Estados e o seu poder. Em 1943, quando já se adivinhava a vitória dos Aliados, Halford Mackinder <sup>35</sup> publicou um artigo intitulado «*the round world and the winning of peace*», na revista norte-americana *Foreign Affairs*, onde introduzia o conceito de *Midland Ocean* <sup>36</sup>, relevando a importância deste espaço e sem o qual os EUA e o Canadá não tinham possibilidade de intervenção na Europa Ocidental, e, caso isso acontecesse não poderiam conter a Potência Continental (Dias, 2005).

Segundo este autor, a derrota da Alemanha só se conseguiria através da acção conjugada do poder terrestre (URSS), a Leste, e do poder marítimo (EUA), a Oeste e com a colaboração da Grã-Bretanha e da França (Dias, 2005).

A OTAN consubstancia o elo transatlântico que une a Europa e a América do Norte numa aliança única de defesa e segurança. O objectivo essencial e permanente desta Organização foi estabelecido no Tratado de Washington <sup>37</sup> e visava garantir a liberdade e segurança de todos os seus membros, por meios políticos e militares (NATO, 2007).

---

<sup>35</sup> Teorizador do Poder Terrestre.

<sup>36</sup> O Atlântico Norte e os seus mares subsidiários (Mediterrâneo, Báltico e Caraíbas) e bacias hidrográficas independentes (Dias, 2005).

<sup>37</sup> O Tratado foi assinado a 4 de Abril de 1949 e entrou em vigor a 24 de Agosto de 1949, após o depósito das ratificações de todos os Estados signatários (NATO, 2007).

Terminada a II GM, não tardou que a Europa Ocidental e a Europa Oriental se vissem separadas por força de divisões ideológicas e políticas da Guerra-fria. A Europa de Leste caiu sob o domínio da URSS. Em 1949, 12 países dos dois lados do Atlântico<sup>38</sup> constituíram a OTAN para se oporem ao risco da URSS estender o seu controlo a outras partes do continente europeu (NATO, 2007).

Como vimos, entre 1947 e 1952, o Plano Marshall proporcionou os meios necessários à estabilização das economias da Europa Ocidental. O papel da OTAN como aliança política e militar foi assegurar a defesa colectiva contra qualquer forma de agressão e manter um ambiente seguro, propiciando o desenvolvimento da democracia e o crescimento económico (NATO, 2007). Os membros fundadores da OTAN assumiram defender-se mutuamente no caso duma eventual agressão militar. Ao associar a América do Norte à defesa da Europa Ocidental, a Aliança demonstrava que qualquer tentativa de coacção política e militar contra a Europa Ocidental estaria votada ao fracasso; simultaneamente, assegurava que as políticas de defesa nacional se tornariam progressivamente mais integradas e interdependentes (NATO, 2007). No início dos anos 50, os acontecimentos internacionais que culminaram no eclodir da Guerra da Coreia, pareciam confirmar os receios do mundo ocidental em relação aos planos expansionistas da URSS. Assim, os países membros da OTAN aumentaram os seus esforços com o intuito de desenvolverem estruturas militares e sistemas de forças que permitissem implementar o compromisso de defesa conjunta. A presença de forças norte-americanas em solo europeu, a pedido dos seus governos, ajudou a dissuadir a URSS. Além disso, com o decorrer dos anos, mais Estados aderiram à OTAN: em 1952, foi a Grécia e a Turquia seguiu-se a República Federal da Alemanha, três anos mais tarde, em 1982 a Espanha (NATO, 2007).

A Europa Ocidental e a América do Norte, não só defenderam conjuntamente a sua independência, como também alcançaram um nível de estabilidade sem precedentes. De facto, a segurança proporcionada pela OTAN tem sido descrita como o “*oxigénio da prosperidade*”, que serviu de base à cooperação económica e à integração europeias. No final da década de 80, também ajudou a acabar com a Guerra-fria e com a divisão da Europa – ver figura 3 (NATO, 2007).

---

<sup>38</sup> Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido.

*Figura 3 – A OTAN em 1949 e os seus sucessivos Alargamentos*



Fonte: <http://images.google.pt>

Se os europeus ocidentais criaram organizações como a CECA e mais tarde a CEE, a resposta do bloco de leste foi a criação do COMECON, como veremos de seguida.

## 6. O Conselho de Assistência Económica Mútua

Procurando integrar economicamente os países do Leste europeu, em 1949, foi fundado o COMECON do qual faziam parte a URSS, República Democrática Alemã, Polónia, Hungria, Checoslováquia, Roménia e Bulgária. O COMECON visava a integração económica dos Estados-membros, através da utilização dos recursos disponíveis no Leste europeu, dava orientações sobre as opções industriais a adoptar pelos seus membros e, consequentemente, sobre o que deviam produzir. Os países socialistas estavam em plena implantação industrial. No entanto, a industrialização limitou-se à siderurgia e à produção de

equipamentos, como por exemplo: a maquinaria agrícola, industrial e transportes (Frigoletto, 2007).

A implantação do socialismo sofreu forte resistência, principalmente no que diz respeito à colectivização das terras, provocando um intenso desgaste político. Albânia e Jugoslávia conseguiram encetar mudanças sem a interferência directa da URSS, fruto de lideranças internas fortes, o que lhes permitiu alcançar posições de relativa independência dentro do bloco socialista (Frigoletto, 2007). Se os ocidentais criaram a OTAN para a sua defesa colectiva, a resposta dos orientais foi a criação do Pacto de Varsóvia, como veremos de seguida.

## 7. Pacto de Varsóvia

A resposta à adesão da República Democrática Alemã à OTAN foi a criação do Pacto de Varsóvia, em 14 de Maio de 1955. Nikita Khrushchev foi o seu principal arquitecto, mas contou com a participação da URSS, Polónia, Checoslováquia, Roménia, Bulgária, Hungria, Jugoslávia, Albânia e República Democrática Alemã (Kokotowski, 2007).

Do ponto vista formal, o Pacto de Varsóvia – respeitava aos estatutos da Carta das Nações Unidas – era um acordo regional entre parceiros em igualdade de direitos, que buscava a defesa colectiva em caso de agressão externa mas, na verdade, também era um instrumento militar e político da URSS, para disciplinar os seus membros (Kokotowski, 2007).

Em 1956, aconteceu na Hungria a primeira intervenção das forças do Pacto. No primeiro semestre, o país viveu um período liberal, sob o comando do dirigente Imre Nagy. A URSS acompanhou os acontecimentos à distância. Em Outubro, Nagy decidiu retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia, o que provocou a reacção imediata de Moscovo. Unidades de carros de Combate do próprio Pacto entraram em Budapeste, pondo fim à iniciativa. Dois anos depois, Imre Nagy seria executado como traidor (Arbex, 2007).

Em Abril de 1968, o novo secretário-geral do Partido Comunista Checo, Alexander Dubcek dá início a um conjunto de medidas de afirmação política, económica, cultural e religiosa da Checoslováquia. Em Junho, diversas personalidades de todos os sectores sociais do país solicitam a Dubcek que acelerasse o processo de abertura política, com o objectivo de transformar o regime comunista numa social-democracia idêntica aos moldes ocidentais. Em Agosto de 1968, a URSS ordenou que os Carros de Combate do Pacto de Varsóvia invadissem Praga,

Dubcek foi detido e destituído do cargo. As suas medidas foram canceladas, tendo terminado a «Primavera de Praga», que ficou conhecida como a experiência falhada de construção de um socialismo de rosto humano.

A intervenção em Praga começou a fragilizar o Pacto de Varsóvia, pois a Albânia saiu da aliança em sinal de protesto, e a Roménia não participou na invasão. Nos anos seguintes multiplicaram-se as tentativas de reorganização da aliança, no fundo, apenas gestos, para dar a impressão de que os seus membros tinham igualdade de direitos. Na realidade, o Pacto continuou a ser um instrumento da política externa soviética nos anos 70 e um instrumento de propaganda, no início da década de 80, contra as estratégias da OTAN (Kokotowski, 2007).

Em Agosto de 1961, Khrushchev determinou a construção do Muro de Berlim. Assim, foi construída em Berlim uma barreira de 45 quilómetros de extensão e 3 metros de altura, com diversos postos de vigilância policial, para dividir o lado comunista daquele onde os aliados faziam prevalecer a sua influência. A URSS queria conter o êxodo, para ocidente, de milhares de professores, intelectuais e trabalhadores e controlar a entrada de dinheiro e mercadorias do Ocidente, factores que desestabilizavam a economia da República Democrática Alemã (Arbex, 2007).

A política de abertura de Mikhail Gorbatchov acelerou o processo de desintegração do Pacto de Varsóvia. As transformações políticas na República Democrática Alemã, Bulgária e Roménia, e a retirada das tropas soviéticas da Hungria e da Checoslováquia também funcionariam como catalizador do fim do Pacto de Varsóvia.

O Pacto de Varsóvia foi extinto no dia 31 de Março de 1991. Três meses após a dissolução da estrutura militar, foi assinado em Praga o protocolo que terminou com o «acordo de amizade, cooperação e assistência mútua», como o nome oficial do Pacto de Varsóvia (Kokotowski, 2007).

A ideologia Marxista<sup>39</sup> não existiu somente na Europa Oriental, pois estendeu a sua influência a outras regiões do globo, assumindo grande influência na Ásia, com destaque para a China.

---

<sup>39</sup> Conjunto de ideias filosóficas, económicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels, e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores. Interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo (Marxists, 2004).

## 8. Comunismo chinês: a Guerra-fria na Ásia

Em 1949, as forças comunistas chinesas lideradas por Mão Tsé-Tung prosseguiram uma luta revolucionária contra o governo de Chiang Kai Chek, acusado de transformar a China num protectorado americano. Os EUA apoiaram os nacionalistas e a URSS apoiou os comunistas. Com a vitória das forças revolucionárias de Mão Tsé-Tung e a proclamação da República Popular da China, em 1949, os americanos apoiaram a fuga dos nacionalistas para a Ilha Formosa (Taiwan). A revolução socialista chinesa teve grande repercussão na afirmação do movimento comunista na Ásia (Arbex, 2007).

Mão Tsé-Tung, teórico do comunismo, trouxe à ideologia marxista uma nova variante – o maofismo, que assumia como objectivo principal a revolução total, protagonizada pelas massas e não pelas estruturas de Poder.

A República Popular da China, um gigante continental com uma população de mais de 500 milhões de habitantes, em 1949, deixara os EUA preocupados com o avanço comunista na Ásia, levando-os a reforçar a presença militar no Pacífico, para preservar a sua influência no sudeste asiático. Desta forma, a revolução chinesa levou para a Ásia as fronteiras da Guerra-fria, pois temia-se que o Japão, pela proximidade com a URSS e a China, fosse engolido pelo bloco socialista (Arbex, 2007).

Uma das primeiras consequências dos acontecimentos na China foi a invasão da Coreia do Sul pelos vizinhos Norte – coreanos, que pretendiam reunificar o país sob a bandeira do socialismo. A ofensiva, em Junho de 1950, desencadeou uma acção enérgica dos EUA, que conseguiram aprovar na ONU uma ajuda multinacional à Coreia do Sul. A entrada dos EUA nesta Guerra, sustentou-se, entre outros factores fundamentais, no pensamento do geopolítico Nicholas Spykam. A sua teoria sobre a necessidade de controlar o *Rimland*, serviu também para Washington estimular a participação do Japão no chamado «esforço de guerra». A indústria japonesa produziu grande parte do material de apoio logístico aos soldados na frente (roupas, medicamentos e alimentos sintéticos) permitindo ao Japão resolver grande parte do problema de desemprego existente no país, a sua ligação ao bloco Ocidental e consequente afastamento do Comunismo. No final do conflito, em 1953, a rígida divisão entre capitalistas e socialistas na bacia do Pacífico estava cristalizada (Arbex, 2007).

As diferenças ideológicas entre as super-potências manifestavam-se em todas as situações de crise, procuravam sempre arregimentar mais «aliados», tal como se verificou na Crise do Suez.

## 9. A Crise<sup>40</sup> do Suez

A Crise de Suez eclodiu em Julho de 1956, quando Gamal Abdel Nasser<sup>41</sup>, a quem EUA e Grã-Bretanha negaram ajuda económica, retaliou com a nacionalização da Companhia do Canal de Suez. Nasser confiscou a empresa de propriedade britânica e francesa para demonstrar a sua independência das potências europeias, para se vingar da recusa anglo-americana de lhe conceder ajuda económica, e para ficar com os lucros obtidos pela companhia no país. O facto levou a uma crise de quatro meses, na qual Grã-Bretanha e França concentraram paulatinamente as suas forças militares na região, alertando Nasser que estavam prontos a usar a força para recuperar a posse da empresa. As autoridades britânicas e francesas esperavam secretamente que a pressão acabasse por provocar a queda de Nasser, com ou sem acção militar da parte delas (Hahn, 2006).

O presidente americano Dwight D. Eisenhower<sup>42</sup> abordou a crise do canal considerando três premissas básicas e inter-relacionadas (Hahn, 2006):

- não contestar o direito do Egipto confiscar a empresa, desde que fosse feito o pagamento adequado como determinava a legislação internacional. Eisenhower procurou impedir um conflito militar e solucionar a disputa usando a diplomacia, antes que a URSS se aproveitasse da situação para obter ganhos políticos. No final de Outubro, porém, os seus intentos mostravam-se improdutivos, e as preparações anglo-francesas para a guerra continuavam;
- evitar o isolamento dos nacionalistas árabes e incluir estadistas árabes nas acções diplomáticas para acabar com a crise. A recusa em empregar as forças anglo - francesas contra o Egipto, foi em parte resultado do reconhecimento de que a apreensão do canal por Nasser contava com amplo apoio popular entre os egípcios e outros povos árabes. De facto, o aumento da popularidade de Nasser nos Estados árabes colidiu com os esforços de Eisenhower para resolver a crise do canal em parceria com líderes árabes. Os líderes sauditas e iraquianos recusaram a sugestão americana para criticarem a acção de Nasser;

---

<sup>40</sup> “Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força (no sentido de haver guerra), encontramos-nos perante uma crise internacional” (Santos 1983, p. 101).

<sup>41</sup> Governou o Egipto de 1953 até à sua morte, em 1970.

<sup>42</sup> Foi presidente dos EUA entre 1953 e 1961.

- isolar Israel da controvérsia sobre o canal temendo que a combinação dos conflitos entre o «Egipto e Israel» e a «Grã-bretanha, França e Egipto» incendiasses o Médio Oriente. Consequentemente, Foster Dulles<sup>43</sup> negou voz a Israel nas conferências diplomáticas convocadas para solucionar a crise, e evitou discussões sobre os ressentimentos de Israel com a política egípcia durante os procedimentos nas Nações Unidas. Percebendo que bastava um pequeno incidente para se reiniciarem as tensões entre Israel e o Egipto, em Agosto e Setembro, Eisenhower enviou para Israel algum armamento dos EUA, França e Canadá na esperança de diminuir a sua insegurança e assim evitar uma Guerra entre Egipto e Israel.

Em Outubro, a crise tomou um rumo que os EUA não esperavam; sem o conhecimento das autoridades americanas, França, Grã-Bretanha e Israel elaboraram secretamente um plano para invadir o Egipto. Segundo esse plano, Israel invadiria a península do Sinai e a Grã-Bretanha e França emitiriam um ultimato às tropas egípcias e israelitas para se retirarem da Zona do Canal de Suez. Quando Nasser (como era esperado) o recusasse, as potências europeias bombardeariam as bases aéreas egípcias, ocupariam a Zona do Canal e deporiam Nasser (Hahn, 2006).

As autoridades americanas não conseguiram prever a conspiração, por diversas razões: porque estavam ocupadas com o temor de uma guerra entre Israel e Jordânia e com as manifestações anti-soviéticas na Hungria; porque estavam preocupadas com a próxima eleição presidencial nos EUA; e porque acreditaram nos governos europeus que lhes asseguravam não haver iminência de ataque. No entanto, a guerra irrompeu em 29 de Outubro quando Israel lançou um ataque frontal contra as forças egípcias no Sinai. Em poucos dias as forças israelitas aproximaram-se do Canal de Suez (Allen, 1968 e Hahn, 2006).

Apanhados de surpresa pelo início das hostilidades, Eisenhower e Dulles adoptaram uma série de medidas para pôr fim à guerra. Irritado com os seus aliados em Londres e Paris, Eisenhower temia que a guerra colocasse os Estados árabes sob dependência soviética. Para debelar a guerra, mesmo enquanto aviões britânicos e franceses bombardeavam alvos egípcios, o presidente americano impôs sanções aos estados europeus, conseguiu uma resolução de

---

<sup>43</sup> Secretário de Estado dos EUA.

cessar-fogo na ONU e organizou a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) para desmobilizar os combatentes. Contudo, antes que a FENU pudesse deslocar-se, em 5 de Novembro, Grã-Bretanha e França desembarcaram tropas pára-quedistas no Canal do Suez, fazendo subir o patamar da crise para níveis mais perigosos. A URSS, numa manobra para desviar a atenção da sua repressão contra o movimento revolucio-nário na Hungria, ameaçou intervir no conflito e, se fosse caso disso, até retaliar com armas nucleares contra as forças de Londres e Paris. Relatórios dos serviços secretos que davam conta de forças soviéticas na Síria, para uma possível intervenção no Egipto, alarmaram as autoridades americanas. Eisenhower alertou o Pentágono para se preparar para a guerra (Hahn, 2006).

Abalado pela possibilidade de um conflito mundial, Eisenhower agiu rapidamente para impedi-lo, recorrendo a pressões políticas e financeiras sobre os beligerantes para que aceitassem um acordo de cessar-fogo, que ocorreu a 6 de Novembro. Este acordo implicou o envio urgente da FENU para o Egipto, que acalmaram progressivamente a situação. As forças britânicas e francesas deixaram o Egipto em Dezembro e as forças israelitas retiraram-se do Sinai em Março de 1957 (Hahn, 2006).

A Crise do Suez teve um impacto profundo no equilíbrio de poder no Médio Oriente e nas responsabilidades que os EUA assumiram na região. No entanto, o conflito minou a autoridade tradicional da Grã-Bretanha e da França na região. Nasser sobreviveu à provação e ampliou o seu prestígio entre os povos árabes. Os restantes países da região mantiveram regimes favoráveis ao Ocidente (Hahn, 2006).

No início de 1957 o presidente americano declarou a Doutrina Eisenhower, uma política de segurança regional de grande envergadura. A doutrina declarava que o Congresso autorizava o Presidente a “empregar as Forças Armadas dos Estados Unidos como julgasse necessário, a fim de garantir a segurança e defender a integridade territorial e independência política ... de qualquer nação (do Médio Oriente) ... que solicitar tal ajuda em face de agressão declarada de qualquer nação controlada pelo comunismo internacional” (Allen, 1968, p. 296).

Como temos vindo a referir o confronto durante a Guerra-Fria entre EUA e URSS ocorreu sempre indirectamente, mas na designada «crise dos mísseis de Cuba», o confronto entre as super-potências esteve prestes a acontecer, como veremos a seguir.

## 10. A crise dos mísseis em Cuba

O primeiro momento de grande tensão entre a URSS e os EUA ocorreu em Outubro de 1962, quando um avião norte-americano detectou movimentos que indicavam a disposição soviética de instalar mísseis em Cuba. O território norte-americano ficaria vulnerável a um hipotético ataque nuclear, situação insustentável para os EUA (Arbex, 2007).

As tensões entre norte-americanos e cubanos já se tinham iniciado antes, com destaque para o ataque falhado na Baía dos Porcos <sup>44</sup> e, posteriormente, com o boicote total das mercadorias norte-americanas com destino a Cuba (Ganser, 2002).

Em Moscovo, Nikita Krutchev acompanhava a situação de Cuba com preocupação, como se constata da sua autobiografia: “eu pensava constantemente nesse problema... Se Cuba caísse, os outros países latino-americanos rejeitar-nos-iam, declarando que, apesar de todo o seu poderio, a União Soviética não fora capaz de fazer algo em favor de Cuba, excepto emitir protestos vazios diante das Nações Unidas” (APUD Ganser, 2002). Por isso decidiu enviar para Cuba, em Maio de 1962, por via marítima, 50 mil soldados soviéticos e 60 mísseis nucleares. Desta forma, assumia o compromisso para com o aliado das Caraíbas, ganhava posições estratégicas e mostrava o seu poderio aos EUA e à China.

A notícia de que os soviéticos estavam a instalar mísseis nucleares em Cuba levou o presidente norte-americano a convocar imediatamente o Conselho Nacional de Segurança para uma reunião na Casa Branca, para analisar a situação. O presidente Jonh Kennedy foi apanhado de surpresa e interrogava-se sobre tal situação, desconhecendo que os EUA, em 1961, haviam instalado na Turquia mísseis nucleares Júpiter, com alcance para atingirem a URSS (Ganser, 2002).

O presidente Kennedy continuava convencido que os mísseis nucleares situados a uma pequena distância da Florida deveriam ser eliminados. Ainda não estavam em condições operacionais, como lhe afirmava a CIA, mas a sua

---

<sup>44</sup> Em 15 de Abril de 1961, pilotos pagos pela CIA bombardearam os aeroportos de Santiago de Cuba e San Antonio de los Baños, bem como os aparelhos da força aérea cubana em Havana. Dois dias depois, nas primeiras horas da manhã, 1.500 opositores do Governo cubano aportaram na Baía dos Porcos. As forças de Fidel Castro afundaram os navios dos invasores e neutralizaram ou aprisionaram todos os seus elementos (Ganser, 2002).

instalação prosseguia a bom ritmo. O ministro da Defesa, Robert McNamara recomendou ao presidente que não apresentasse o caso às Nações Unidas: “se for adoptado tal procedimento político, acho que o senhor não terá a menor hipótese de empreender uma acção militar” (APUD Ganser, 2002).

John Kennedy só mais tarde descobriu que as forças terrestres soviéticas estacionadas em Cuba estavam equipadas com mísseis tácticos nucleares que seriam utilizados contra uma invasão das forças norte-americanas, desencadeando assim a primeira guerra nuclear e por isso não convencional, entre duas potências nucleares (Ganser, 2002).

O presidente americano optou por um bloqueio marítimo a Cuba para impedir os navios soviéticos de levar novos mísseis e o equipamento necessário para os tornar operacionais. A 22 de Outubro, John F. Kennedy explicou aos cidadãos dos EUA e resto do mundo, que a União Soviética havia instalado mísseis nucleares em Cuba. Por isso, havia ordenado um rigoroso bloqueio a qualquer tipo de equipamento militar ofensivo embarcado para Cuba. Simultaneamente, dava entrada na ONU uma resolução que pedia “o imediato desmantelamento e a retirada de todas as armas ofensivas instaladas em Cuba e sob controlo de observadores das Nações Unidas”. Referindo-se ao bloqueio, o secretário-geral da ONU, Sinh U. Thant, contaria mais tarde: “Eu mal podia crer em meus olhos e meus ouvidos. Aquilo significava tecnicamente o início da guerra contra Cuba e a União Soviética. Que me lembre, foi o discurso mais sinistro e mais grave já pronunciado por um chefe de Estado” (APUD Ganser, 2002).

O embaixador dos EUA na ONU, Adlai Stevenson, fazendo do Conselho de Segurança o «tribunal da opinião pública mundial», apresentou, em 25 de Outubro, as fotos dos mísseis nucleares soviéticos em Cuba, diante de um público perplexo e um embaixador soviético constrangido (APUD Ganser, 2002).

Ao mesmo tempo, Bombardeiros norte-americanos descolaram, levando bombas nucleares e planos de voo para alvos na URSS. As forças da OTAN na Europa Ocidental estavam em estado de alerta. Forças militares dos EUA reuniram-se no sul do país. Navios e submarinos soviéticos manobravam no mar das Caraíbas. Em Cuba, soldados soviéticos trabalhavam dia e noite para tornar os mísseis nucleares operacionais. Os militares soviéticos na ilha apontavam os mísseis nucleares tácticos para uma possível força de invasão norte-americana. Cuba esperava uma invasão iminente e também posicionava suas forças armadas. O grande desastre estava muito próximo (Ganser, 2002).

O presidente dos EUA advertiu Khrushchev que não teria dúvidas em usar armas nucleares se a iniciativa russa se mantivesse. Para alívio do mundo, o dirigente soviético, em 28Outubro, anunciou a retirada dos mísseis, deixando na opinião pública mundial a plena consciência da possibilidade real de confrontação armada entre os dois países (Allen, 1968; Arbex, 2007).

Esta crise teve o condão de despertar e consciencializar os cidadãos para o perigo de uma guerra nuclear, o que levou muitos a aderirem a movimentos pacifistas, a votarem em partidos ecologistas, contribuindo para a construção de uma opinião pública crítica da guerra, como observaremos a seguir.

## 11. Os tratados de não Proliferação de armamento e o final da Guerra-fria

No decorrer da década de 60, os movimentos pacifistas cresceram rapidamente nos Estados Unidos e na Europa, tornando-se fonte permanente de pressão sobre os governos. Entre os americanos o movimento ganhou força com manifestações de protesto contra a Guerra do Vietname. Na Europa, a opinião pública tomava consciência de que o continente seria devastado na hipótese de um confronto nuclear (Arbex, 2007).

Nos países ocidentais, os movimentos pacifistas cresceram muito nos anos 80, articulados com grupos ambientalistas. Agrupados em partidos políticos, como os “Partidos Verdes”, teriam influência até para alterar resultados eleitorais. Contudo, muitos destes movimentos eram aproveitados pelos partidos comunistas para aumentarem a sua área de influência, situação bem visível em Portugal com a ligação do “Partido dos Verdes” ao Partido Comunista Português (Arbex, 2007).

Em 1963, havia uma clara tendência para a proliferação dos arsenais nucleares<sup>45</sup>, razão pela qual EUA, URSS e Grã-Bretanha assinaram um acordo de proibição de testes nucleares<sup>46</sup>. No ano seguinte estes países aprovaram o Tratado de Não – Proliferação de Armas Nucleares, com o objectivo de tentar conter a

---

<sup>45</sup> A este propósito Kissinger (1996, p. 528) refere que “A era nuclear transformou a estratégia em dissuasão, e a dissuasão num exercício intelectual esotérico. Dado a dissuasão só poder ser testada pela negativa, por acontecimentos que não ocorrem, e porque é impossível demonstrar a razão por que algo não aconteceu, tornou-se particularmente difícil avaliar se a opção pela dissuasão foi a melhor possível. Talvez a dissuasão tivesse sido, até, desnecessária, porque nunca conseguiremos provar que o adversário alguma vez tenha tido a intenção de atacar”.

<sup>46</sup> “Interdição dos ensaios de armas nucleares na atmosfera, no espaço extra-atmosférico e debaixo de água” de acordo com o preâmbulo do tratado de 1968 (DIRAMB, 2008).

corrida a este tipo de armamento. A China realizou, naquele mesmo ano, os seus primeiros testes nucleares (Arbex, 2007).

A primeira iniciativa digna de realce de contenção da “corrida ao armamento” aconteceu em 1968, quando 47 países assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares <sup>47</sup>, com duração de 25 anos, com o objectivo de limitar as armas nucleares aos cinco países que as possuíam à data (EUA, URSS, China, Grã-Bretanha e França), tendo entrado em vigor em 1970 (DIRAMB, 2008).

Em 1972, Richard Nixon e Leonid Brejnev assinaram em Moscovo o Acordo Para Limitação de Armas Estratégicas, conhecido como *Strategic Arms Limitation Talks* (Salt-1). Este acordo permitia às super-potências proteger um número limitado de alvos essenciais, como, por exemplo, as capitais Washington e Moscovo. Assim, no caso de uma guerra, os dois países sofreriam tantas perdas que o confronto se tornava inviável. Era a lógica pura e dura do equilíbrio do terror. O Salt-1 congelou, por 5 anos, a construção de plataformas fixas ou submarinas de mísseis balísticos intercontinentais. Em 1979, as super-potências assinaram o Salt-2, que em linhas gerais ratificava o Salt-1 (Arbex, 2007).

No final da década de 70, o clima entre EUA e URSS continuava tenso. Diversos acontecimentos importantes ocorreram neste período, como a invasão soviética no Afeganistão, a revolução sandinista na Nicarágua e a revolução islâmica no Irão. Numa demonstração de desconfiança, o senado norte-americano decidiu não apoiar o Salt-2, que apesar de tudo foi respeitado pelas super-potências (Arbex, 2007).

Em 1982, teve início uma nova ronda de negociações, designada de *Strategic Arms Reduction Talks* (Start), para a redução dos sistemas de armas estratégicas. O objectivo era reduzir em 50 por cento os arsenais de mísseis balísticos intercontinentais. Apesar das conversações, foram mantidas as pesquisas para a produção de armas cada vez mais mortíferas. Surgiram as “*armas inteligentes*”,

---

<sup>47</sup> “Cada Estado possuidor de armas nucleares que seja Parte no Tratado compromete-se a não transferir para ninguém, quer directa, quer indirectamente, armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos nem o controle sobre tais armas ou dispositivos explosivos, e a não ajudar, encorajar ou induzir de nenhuma forma qualquer Estado não possuidor de armas nucleares a fabricar ou adquirir de outra maneira armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos, ou o controle sobre tais armas ou dispositivos explosivos” artigo I do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, de 1968 (DIRAMB, 2008).

foguetes equipados com computadores que asseguravam a eficiência do ataque e da defesa (Arbex, 2007).

Em 1983, Ronald Reagan anunciou o projecto «Iniciativa de Defesa Estratégica», cuja ideia era criar um escudo espacial contra mísseis lançados de qualquer ponto do planeta. Reagan referia que o projecto, também conhecido como «Guerra das Estrelas», tornaria inúteis os mísseis nucleares, pondo um fim definitivo à corrida ao armamento (Arbex, 2007). Para enfatizar as suas intenções, propôs uma parceria à URSS, que recusou o convite. Com o tempo, o projecto seria abandonado por ser caro e inviável, mas teve o condão de precipitar o fim do comunismo, ou pelo menos contribuiu para a adopção de políticas de abertura iniciadas por Mikhail Gorbachev<sup>48</sup>, na URSS, conhecidas como *Perestroika*<sup>49</sup> e *Glasnost*<sup>50</sup>, para tentar evitar o colapso do império soviético.

Diversos governos continuaram empenhados em projectos nucleares. Nos anos 80, cinco países (EUA, URSS, Grã-Bretanha, França e China) possuíam declaradamente armas nucleares, enquanto outros países (Índia, Paquistão, Israel, Brasil, Argentina, Irão, Iraque e África do Sul) destinavam avultadas verbas e muita investigação em programas de energia nuclear (Arbex, 2007). Em 1985, Mikhail Gorbachev declarou a moratória nuclear unilateral, iniciativa surpreendente que favoreceu as negociações para a redução dos arsenais nucleares (Arbex, 2007).

Em 1987, as super-potências concluíram em Washington um acordo para a eliminação dos mísseis baseados em terra com alcance de até 5.500 quilómetros e em 1991, em Moscovo, assinaram o Tratado de Redução de Armas Nucleares Estratégicas (Arbex, 2007).

Com o fim da URSS, em Dezembro de 1991, os EUA tornaram-se a maior potência política, económica e militar em todo o mundo. A Rússia, por seu lado, tinha urgência em reduzir os gastos militares para fazer frente aos problemas económicos e sociais surgidos na transição para o sistema de mercado.

---

<sup>48</sup> Nascido a 2 de Março de 1931, foi o último secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista da URSS de 1985 a 1991.

<sup>49</sup> Série de reformas económicas que passaram pela diminuição do orçamento militar da URSS, o que implicou a diminuição dos gastos com armamento e a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão.

<sup>50</sup> Permissão da “*liberdade de expressão*” à imprensa da URSS e a transparência do governo para a população, retirando a forte censura que o governo comunista impunha.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Guerra-fria foi um período rico em acontecimentos que estavam subjacentes a duas perspectivas ideológicas profundamente diferentes: o tipo de sociedade; e o papel do Homem nessa sociedade. De um lado, entre outros aspectos, o capitalismo, a liberdade de expressão, a democracia, a iniciativa privada; do outro, o comunismo, a economia planificada, o controlo da informação. Estas duas visões provocaram uma guerra-fria de mais de 40 anos, entre as duas super-potências que emergiram do final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

A procura de mostrar ao “mundo” qual o sistema mais perfeito provocou grandes avanços científicos e tecnológicos, como foi o exemplo da exploração espacial, mas também provocou uma enorme corrida ao armamento, incluindo o nuclear, e várias guerras quentes onde os EUA e a URSS se confrontavam por interpostos Estados, procurando aumentar a sua influência mundial.

Ambas as super-potências prosseguiram organizações militares e económicas que prometiam ajuda mútua militar e económica aos Estados seus aliados. Se é verdade que na Europa Ocidental essas organizações proporcionaram um enorme desenvolvimento económico e social, permitindo um elevado nível de vida às populações, também é verdade que as organizações, da Europa de Leste, serviram para impor o comunismo, como o demonstraram os acontecimentos marcantes pelas intervenções do Pacto de Varsóvia na Hungria e Checoslováquia.

O acontecimento em que as duas super-potências estiveram mais próximas de um confronto directo aconteceu em 1962, na designada «crise dos mísseis de Cuba».

Desta crise, sobretudo no Ocidente, haveria de surgir uma onda de movimentos pacifistas e ecologistas, que aparentemente lutavam por causas nobres, mas tinham subjacentes, muitas vezes, objectivos políticos de que as manifestações, nos EUA, contra a guerra do Vietname foram o caso mais evidente. Contudo, tiveram o condão fazer germinar ideias que mais tarde haveriam de ter tradução em conceitos como baixas zero, danos colaterais e outros.

A abertura política introduzida por Mikhail Gorbachev conduziu à reunificação da Alemanha e conseqüente queda do muro de Berlim; posteriormente, levou ao fim da própria URSS. Terminou assim a Guerra-fria, com a vitória clara dos EUA, que desde então são a única super-potência mundial. Estávamos então perante uma nova ordem, materializada num Sistema Político Internacional do tipo Unipolar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, H. C. (1968). *História dos Estados Unidos da América*, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, Brasil.
- ALMEIDA, Políbio Valente de (1994). *Ensaio de Geopolítica*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- ARBEX, José (2007). *A Guerra-Fria, uma descrição panorâmica*, Internet: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia>, 28 de Março 2007, 16h45min.
- ARON, Raymond (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*, Universidade de Brasília, Brasília.
- BM (2007), Portal do Banco Mundial Internet: <http://www.bancomundial.org.br>, 28de Março de 2007, 16h50min.
- BRAZIL, Carlos (2007). *A Humanidade no pós – Segunda Guerra*, Internet: <http://www.segundaguerramundial.com.br>, 14 de Fevereiro de 2007, 10h35min.
- COHEN, Saul Bernard (1980). *Geografia y Política en un Mundo Dividido*, Ediciones Ejército, Madrid, Espanha.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia*, Volume I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2005), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Prefácio, Lisboa.
- DIRAMB (2008). *Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares de 01-07-1968*, Internet: [http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT\\_LI\\_1096\\_1\\_0001.htm#b0003](http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_1096_1_0001.htm#b0003), 29 de Janeiro de 2008, 12h10min.
- DREYER, Diogo (2005), *Paquistão e Índia em pé de guerra*, Internet: <http://www.educacional.com.br/noticiacomentada>, 12 de Abril de 2007, 16h15min.
- GANSER, Daniele (2002). *Há 40 anos, a crise dos mísseis...*, Tradução de Regina Salgado Campos, Internet: <http://diplo.uol.com.br>, 18 de Abril de 2007, 16h10min.
- GARCIA, Francisco Proença (2005). “As Guerras do Terceiro Tipo e a Estratégia Militar. Uma Possível Análise”, in Vários, *Revista Militar*, N.º 2447, Dezembro, Lisboa, 1349-1370.

- FONTAINE, Pascal (1998). *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*, Gradiva, Lisboa.
- FRIGOLETTO (2007). *COMECOM*, Internet: <http://www.frigoletto.com.br>, 29 de Março de 2007, 15h45m.
- HAHN, Peter L. (2006). “A Crise de Suez, Uma Crise Que Mudou o Equilíbrio de Poder, no Oriente Médio”, in Vários, *eJournal USA*, Abril de 2006, Internet: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0406/ijpp/hahn.htm>, 20 de Abril de 2007, 10h45min.
- HRI (2007). *Historia de las Relaciones Internacionales en el siglo XX*, Internet: <http://www.historiasiglo20.org/>, 08 de Março de 2007, 16h50 min.
- IAEM (1982). *Origens e Evolução Histórica dos Pensamento Geopolítica: Síntese Histórica*, ME 71-00-00, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- IMF (2007), Portal do Fundo Monetário Internacional, Internet: <http://www.imf.org>, 13 de Abril de 2007, 14h15min.
- JACOBSEN, Kurt; KHAN, Sayeed Hasan (2002). *A Índia à procura de poder*, Tradução de Teresa Van Acker, Internet: <http://diplo.uol.com.br>, 17 de Abril de 2007, 10h10min.
- KISSINGER, Henry A. (1996). *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa.
- KOKOTOWSKI, Christa (2007). *Calendário Histórico. 1991: Fim do Pacto de Varsóvia*, Internet: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1531316,00.html>, 16 de Abril de 2007, 09h10min.
- MARXISTS (2004). *Marxist Internet Archive, Secção em português*, Internet: <http://www.marxists.org/portugues/index.htm>, 16 de Abril de 2007, 10h10min.
- MORISON, Samuel Eliot e COMMAGER, Henry Steele (S. d.). *História dos Estados Unidos da América*, Tomo III , Edições Melhoramentos, São Paulo, Brasil.
- NATO (2007). *A OTAN no Século XXI*, Internet: [http://www.hq.nato.int/docu/21-cent/21st\\_por.pdf](http://www.hq.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf), 09 de Março de 2007, 09h45min.
- NETO, Neresgton Ribeiro Mendes (2007). *A doutrina Truman – Guerra-fria ou paz quente?* Internet: <http://www.fortunecity.com/campus/finals/910/truman.html>, 16 de Fevereiro de 2007, 11h20min.

- NYE, Joseph S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais*, Gradiva, Lisboa.
- ONU (2007). Portal da Organização das Nações Unidas, Internet: <http://www.un.org/>, 13 de Março de 2007, 18h10min.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SCHILLING, Voltaire (2007). *História do Mundo*, Internet: [http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra\\_fria.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_fria.htm), 09 de Março de 2007, 11h35min.
- UE (2005). *Tratado que Institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*, Portal da União Europeia, Internet: [http://europa.eu/scadplus/treaties/ecsc\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/treaties/ecsc_pt.htm), 13 de Março de 2007, 14h10min.